CENTRO UNIVERSITÁRIO CARIOCA – UNICARIOCA
MESTRADO PROFISSIONAL EM NOVAS TECNOLOGIAS DIGITAIS NA EDUCAÇÃO

Washington Luis Cardoso Alegre

O IMPACTO DAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO PROCESSO DE INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO DOS ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

Rio de Janeiro – RJ
2024

Washington Luis Cardoso Alegre

O impacto das aulas de Educação Física no processo de inclusão e desenvolvimento dos alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Novas Tecnologias Digitais na Educação do Centro Universitário UniCarioca como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Título de Mestre em Novas Tecnologias Digitais na Educação.

Orientadoras: Profa. Dra. Veronica Eloi de Almeida
Profa. Dra. Rosa Lidice de Moraes Valim

Rio de Janeiro – RJ
2024

WASHINGTON LUIS CARDOSO ALEGRE

O IMPACTO DAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO PROCESSO DE INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO DOS ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Novas Tecnologias Digitais na Educação do Centro Universitário UniCarioca como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Título de Mestre em Novas Tecnologias Digitais na Educação.

A Presidente da Banca, abaixo assinado, atesta que os membros da banca participaram desta defesa de dissertação.

Examinado por:

gov.br Documento assinado digitalmente
VERONICA ELOI DE ALMEIDA
Data: 28/06/2024 15:38:06-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Profa. Veronica Eloi de Almeida, D. Sc. (UniCarioca)
Presidente da Comissão Examinadora

Profa. Regina Célia Pereira de Moraes, D. Sc. (UniCarioca)

Profa. Luana Gomes Pereira Stille, D. Sc. (UFRJ)

Rio de Janeiro
2024

A366i Alegre, Washington Luis Cardoso
O impacto das aulas de educação física no processo de inclusão e desenvolvimento dos alunos com transtorno do espectro autista (TEA) / Washington Luis Cardoso Alegre ; orientadora: Veronica Eloi de Almeida ; coorientadora: Rosa Lidice de Moraes Valim - Rio de Janeiro, 2024.
55 f.

Dissertação (Mestrado Profissional em Novas Tecnologias Digitais na Educação) - Centro Universitário UniCarioca, Rio de Janeiro, 2024.

1.Inclusão escolar. 2.Alunos com TEA. 3.Educação física para alunos com TEA. I. Almeida, Veronica Eloi de, prof. orient. II. Valim, Rosa Lidice de Moraes, prof. coorient. III. Título.

CDD 371.9046

Às estimadas professoras Dolores Robles e Tereza Raquel, com profunda admiração e gratidão, dedico este trabalho a vocês.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, rendo graças a DEUS, fonte de toda força e sabedoria, por me iluminar e guiar em cada passo desta incrível jornada. Sua presença constante foi o pilar que sustentou minha perseverança e renovou minhas energias nos momentos de desafio.

À minha inestimável mãe, a verdadeira heroína desta narrativa, que com sua inabalável força de guerreira, criou-nos sob amparo do amor e do respeito. Mãe, sua vida é um testamento de coragem e dedicação. Você não apenas nos educou, mas também forjou nosso caráter com os valores que definem as pessoas de bem. Seus incontáveis sacrifícios e seu amor desmedido são minha eterna motivação.

Aos meus queridos irmãos, cunhados e sobrinhos, expresso minha profunda gratidão pela compreensão e pelo suporte incondicional. Cada momento que deixei de estar fisicamente presente nos encontros familiares foi sustentado pela certeza do nosso laço afetivo. Obrigado por estarem sempre ao meu lado, mesmo quando a distância parecia nos separar.

Um caloroso agradecimento a minhas estimadas orientadoras, Veronica Eloi e Rosa Valim. Vocês foram mais do que mentoras: foram verdadeiras luzes em minha caminhada acadêmica. Obrigado por não soltarem minha mão, mesmo quando os desafios pareciam intransponíveis. Vocês potencializaram minha capacidade de pesquisa e ensino, e por isso, estarão para sempre gravadas em meu coração e em cada página deste trabalho.

Aos meus incríveis amigos de grupo, Camila Oliveira, Marcos Mariano, Raquel Casemiro e Veronica Rafaela, minha jornada teria sido muito mais difícil sem o apoio, o riso compartilhado e os momentos de pura colaboração que vocês proporcionaram. Vocês foram os companheiros ideais nesta aventura acadêmica, e eu sou imensamente grato por cada um de vocês.

À minha valorosa turma, agradeço por cada sábado repleto de trocas enriquecedoras e trabalhos colaborativos. Juntos, transformamos informações em conhecimento e profissionalismo em amizade. Cada um de vocês contribuiu significativamente para o meu desenvolvimento pessoal e profissional.

Agradeço às professoras Dolores Robles e Tereza Raquel. Com profunda admiração e gratidão, dedico este trabalho a vocês, que não apenas acreditaram na viabilidade e valor da minha jornada acadêmica, mas também reconheceram a importância de cada passo dado dentro e fora da sala de aula. Vossas palavras de encorajamento e vosso inabalável apoio foram faróis de esperança nos momentos de dúvida e desafio.

Professora Dolores, sua visão perspicaz e sua crença inquebrantável no impacto transformador da educação moldaram profundamente minha trajetória. Professora Tereza, sua orientação sábia e seu olhar cuidadoso para com o desenvolvimento integral dos alunos enriqueceram não só meu trabalho, mas toda a comunidade escolar.

Este reconhecimento se estende também em memória aos meus ex-diretores e mentores, Inaiá Wanderley Carmo e Carmo Reis Neto Carmo, cujas lideranças e diretrizes foram essenciais para o meu crescimento profissional e pessoal.

E um agradecimento muito especial ao meu avô, Altamiro Cardoso Tosta, cujo legado de resiliência e sabedoria continua a inspirar-me todos os dias.

Este trabalho, mais do que um marco acadêmico, é um testemunho do poder de educadores dedicados como vocês, que veem além das limitações e desafios, inspirando seus alunos a crescerem como indivíduos capacitados e conscientes de seu potencial. Minha eterna gratidão por cada conversa, cada conselho e cada momento compartilhado.

Por fim, mas não menos importante, minha sincera gratidão à Unicarioca Centro Universitário pelo robusto suporte acadêmico ao longo destes dois anos repletos de aprendizado e descobertas. A instituição não só me proporcionou recursos, mas também um ambiente que estimulou meu crescimento constante.

Com todo meu respeito e carinho,
Washington Luis Cardoso Alegre

As crianças especiais, assim como as aves, são diferentes em seus voos. Todas, no entanto, são iguais em seu direito de voar.

Jessica Del Carmen Perez

RESUMO

Esta dissertação trata sobre o tema inclusão escolar de crianças nas aulas de educação física e questiona: qual o impacto das aulas de educação física no processo de inclusão e desenvolvimento dos alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA)? A hipótese apresentada é de que as aulas de educação física podem ajudá-los a desenvolver habilidades. Por essa razão, a dissertação objetiva refletir sobre o impacto das aulas de educação física no processo de inclusão e desenvolvimento dos alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Para tanto, pretende-se investigar através de uma revisão sistemática a importância da inclusão de alunos com TEA nas aulas de educação física. A revisão sistemática mostra a importância da adaptação das aulas de educação física para os alunos com TEA, bem como a implementação de políticas públicas e a formação continuada de professores para que haja práticas mais inclusivas e adaptativas. Por outro lado, ainda que os artigos analisados ressaltem os impactos positivos das aulas sobre os alunos com TEA, há uma ausência de estudos com *feedbacks* dos próprios alunos, bem como a definição de estratégias para aulas de educação física mais inclusivas. Diante disso, como produto, foi desenvolvido um *e-book* com sugestões de atividades inclusivas, valendo-se de tecnologias digitais – de baixo custo e fácil aplicabilidade –, a serem realizadas em aulas de educação física.

Palavras-chave: Inclusão escolar; alunos com TEA; educação física para alunos com TEA.

ABSTRACT

This dissertation deals with the topic of school inclusion of children in physical education classes and asks: what is the impact of physical education classes on the process of inclusion and development of students with Autism Spectrum Disorder (ASD)? The hypothesis presented is that physical education classes can help them develop skills. Therefore, the dissertation aims to reflect on the impact of physical education classes on the process of inclusion and development of students with autism spectrum disorder (ASD). To this end, we intend to investigate, through a systematic review, the importance of including students with ASD in physical education classes. The systematic review showed the importance of adapting Physical Education classes for students with ASD, as well as implementing public policies and continuing teacher training so that there are more inclusive and adaptive practices. On the other hand, although the articles analyzed highlight the positive impacts of classes on students with ASD, there is a lack of studies with feedback from the students themselves, as well as the definition of strategies for more inclusive Physical Education classes. Therefore, as a product, an ebook was developed with suggestions for inclusive activities, using digital technologies – low cost and easy to apply – to be carried out in physical education classes.

Keywords: School inclusion; students with ASD; physical education for students with ASD.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 11
1.1 Inquietação 11
1.2 Caracterização do problema 13
1.3 Relevância 16
1.4 Objetivos 18
1.4.1 Objetivo geral 18
1.4.2 Objetivos específicos 18
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA 19
2.1 Educação física inclusiva 21
2.2 Breve percurso da educação inclusiva 22
2.3 O que é o autismo e o que é o aluno com autismo 27
3 PERCURSO METODOLÓGICO: REVISÃO SISTEMÁTICA 29
4 RESULTADOS DA REVISÃO 30
5 ANÁLISE DE DADOS E DISCUSSÃO 32
5.1 Educação física escolar e suas contribuições para alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) 32
5.2 Inclusão de crianças autistas nas aulas de educação física 34
5.3 A atuação do professor de educação física em relação à inclusão escolar de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) 36
5.4 Contribuição da educação física para o desenvolvimento motor e social do aluno com Transtorno do Espectro Autista (TEA) 38
5.5 Crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ensino regular através da educação física 39
6 DISCUSSÃO 42
7 PRODUTO CONSOLIDADO 46
7.1 Descrição do produto 46
7.2 Aplicação 47
8 CONCLUSÃO 49
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 52

1 INTRODUÇÃO

1.1 Inquietação

Minha história com a Educação Física iniciou-se há 20 anos, e, desde então, caminhei por várias instituições de ensino. Para deixar mais claro aqui o começo do meu trabalho, compartilharei boa parte da minha formação, das minhas relações com o lecionar e as experiências com meus alunos por vários lugares em que passei e ainda passo, fundamentando assim as minhas inquietudes.

Comecei o curso de Educação Física em 1998 no Centro Universitário Moacyr Sreder Bastos, localizado no bairro de Campo Grande, zona oeste da cidade do Rio de Janeiro, com apenas 20 anos de idade e cheio de sonhos em cursar o curso que escolhi desde a sétima série, por não concordar com alguns comportamentos do meu professor de Educação Física à época, que só direcionava suas aulas para os melhores alunos, ou seja, os mais habilidosos. Sem ter muita ciência, ou melhor, consciência, ali eu já vivia uma exclusão e, de certa forma, um desconforto, por tal movimento em suas práticas corporais com os demais alunos.

No terceiro ano cursando Educação Física, tive a disciplina de inclusão, e foi realizado um trabalho de verificação com a turma em um espaço democrático na cidade de Mangaratiba. Ali vi minha turma bem perdida sobre como agir com vários tipos de inclusão, pois a maioria deles nunca tinha passado por tal e muito menos era sua realidade. Lembro como se fosse hoje, eu e mais três alunos praticamente ‘salvamos’ a avaliação, por apenas ter mais sensibilidade com o ‘outro’ que estava diante de todos.

Aos poucos e com o passar do tempo, fui familiarizando-me melhor com esse espaço e, longe de saber de tudo, confesso que a cada dia sei menos e menos, pois são tantas peculiaridades de cada educando que encontro que me pergunto: O que fazer agora? Uma turma lotada, sem mediação, sem apoio, e como posso fazer o mínimo para que ele não seja excluído sem excluir os outros? É um exercício amplo que demanda muita energia e envolvimento com todo o processo de ensino-aprendizagem.

Fiz concurso e entrei para o ‘time’ de servidores públicos e tive a nítida sensação de que o meu caos piorou, pois só tinha a realidade da escola privada, e na escola pública os números eram maiores e os suportes eram menores. Por exemplo, era bem tocante quando eu olhava um aluno de baixa visão e seus óculos quebrados, um cadeirante e sua cadeira que não comportava mais o seu corpo ou um Deficiente Intelectual sem as atividades adaptadas de acordo com a sua deficiência. Passei a fazer parte daquele mundo estranho, no início, da escola pública, o que me

fez pensar sobre qual cidadão estamos colocando no mundo pós-escola e qual a minha contribuição nisso tudo.

Para procurar algumas respostas, fui fazer uma especialização em Esportes de Inclusão, na Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, e, não satisfeito, fui também, paralelamente, fazer a Licenciatura em Pedagogia na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO. Nesses dois cursos eu tinha como principais inquietações a inclusão e a tomada de soluções de problemas para aqueles alunos que ali estavam e precisavam do mínimo enquanto educando e incluído no contexto escolar da escola pública. Na especialização, tratei do aluno tido como 'normal' e não necessitado de inclusão, para que ele tivesse um melhor entendimento do aluno da inclusão, pois penso ser de extrema importância que esse aluno entenda por que muitas tarefas não são tão mais fáceis para o aluno de inclusão e suas limitações.

As angústias estão longe de terem respostas, e sigo na sala de aula e, não contente, tentei por algumas vezes o processo seletivo de mestrados em universidades públicas, em que tive a oportunidade de ser ouvinte, mas não obtive sucesso.

Após esse longo processo, apareceu em um curso do Conselho de Educação Física o professor Marcus Vinícius Nunes, aluno do Programa de Mestrado da Unicarioca. Confesso que fiquei bem inclinado a ir, porém, ainda esbarrei em alguns desafios. Mas aqui estou, com um pedacinho da minha trajetória descrita e com algumas das premissas que me trouxeram para o caminhar da inclusão, a entender um pouco mais sobre esse universo tão necessitado de apoio e suporte educacional. Espero que no caminhar deste projeto as inquietudes sejam respondidas de forma objetiva e que este trabalho preste de fato uma contribuição para a comunidade escolar.

Esta pesquisa é valiosa para mim por várias razões. Em primeiro lugar, a inclusão de alunos neurodivergentes nas aulas de educação física é um tema que vem ganhando destaque na sociedade atual, uma vez que a inclusão escolar é um direito garantido por lei. Em segundo lugar, a educação física é uma disciplina que pode contribuir significativamente para o desenvolvimento físico, social e cognitivo dos alunos, incluindo aqueles com necessidades especiais.

Ao longo da minha trajetória na educação pública, percebo durante as aulas de Educação Física que o aluno de inclusão não tem a devida inserção de fato, ou seja, o aluno não tem um suporte estrutural ou pedagógico para acompanhar os seus pares. Neste momento, você, leitor, deve se perguntar: E quem disse que devemos 'acompanhar'? Não digo que acompanhar seria a melhor expressão para este momento, mas, na minha intencionalidade pedagógica, é o que é

possível fazer, mesmo que seja o mínimo, para prosseguir nesse mundo escolar e seriado, que, no meu humilde ponto de vista, é mais que ultrapassado, em termos de práticas inclusivas.

Quando trabalhamos de fato com a inclusão, notamos muitas faltas quanto à acessibilidade ao espaço no qual a aula irá ocorrer, ao suporte pedagógico adaptado para o aluno, como materiais, aos recursos para o desenvolvimento da prática, ao apoio humano durante as aulas, em que cada prefeitura usa uma terminologia, como mediador ou cuidador. Além disso, falta de laudo do aluno ou, até mesmo quando tem laudo, falta de suporte para a escola, a família e o poder público acompanharem a criança no seu desenvolvimento, implicando de forma efetiva no seu não desenvolvimento nas aulas. Falta acompanhamento de forma sistematizada do aluno em sua trajetória escolar, entre outras situações que colaboram para seu estado de vulnerabilidade dentro e fora da escola. Com isso, observo em minha prática que ainda há muitos desafios a serem enfrentados para que a inclusão de alunos neurodivergentes seja efetiva e significativa.

Esta pesquisa busca compreender a importância da inclusão de alunos neurodivergentes nas aulas de educação física e como essa prática pode contribuir para o seu desenvolvimento e inclusão social. Com isso, espera-se que os resultados possam trazer subsídios para que professores e demais profissionais da área possam atuar de forma mais efetiva na inclusão desses alunos nas aulas de educação física.

Assim, a pesquisa proposta espera trazer contribuições importantes para a área educacional, pois pode ajudar a entender como a educação física pode ser utilizada para promover a inclusão e o desenvolvimento dos alunos neurodivergentes. Além disso, a pesquisa pode oferecer subsídios para a elaboração de políticas públicas e programas de formação de professores para a inclusão de alunos com necessidades especiais nas aulas de educação física.

Espera-se que este estudo contribua para a promoção da igualdade de oportunidades e para o desenvolvimento dos alunos neurodivergentes, além de trazer reflexões sobre a inclusão escolar e o papel da educação física nesse processo.

1.2 Caracterização do problema

A ideia de desenvolver esta dissertação surgiu a partir da observação de que a inclusão de alunos neurodivergentes nas aulas de educação física ainda é um desafio para muitos professores e profissionais da área. Além disso, há uma carência de estudos que abordem especificamente a relação entre as aulas de educação física e o processo de inclusão e desenvolvimento dos alunos neurodivergentes. A partir dessa constatação, surgiu o interesse

em investigar como as aulas de educação física podem contribuir para a inclusão e desenvolvimento desses alunos, bem como identificar possíveis barreiras que ainda dificultam a efetivação desse processo.

Nesse sentido, as aulas de educação física podem ser uma oportunidade para que os alunos neurodivergentes se sintam mais acolhidos e valorizados, desenvolvam habilidades motoras e sociais e sejam incluídos de forma mais efetiva no ambiente escolar. No entanto, é importante ressaltar que isso só é possível quando as aulas são planejadas e executadas de forma inclusiva e respeitando as especificidades de cada aluno.

Para além, de acordo com Sassaki (2006), a inclusão é um processo que visa garantir a participação plena e efetiva de todos os alunos na sociedade, incluindo aqueles que possuem alguma deficiência ou neurodivergência. Nas aulas de educação física, essa inclusão é especialmente importante, pois as atividades físicas podem ajudar a desenvolver habilidades motoras, sociais e emocionais nos alunos.

Tendo em mente o que foi apresentado, esta dissertação objetiva refletir sobre o impacto das aulas de educação física no processo de inclusão e desenvolvimento dos alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

As aulas de Educação Física devem ser elaboradas levando em consideração as características, necessidades, estratégias e recomendações para promover a inclusão de alunos neurodivergentes nas aulas específicas desses alunos, bem como os desafios enfrentados pelos professores e escolas.

As aulas de educação física podem ter um impacto significativo no processo de inclusão e desenvolvimento dos alunos neurodivergentes. Dentre os possíveis benefícios, destacam-se: (1) melhora da coordenação motora e habilidades físicas (as aulas de educação física oferecem uma oportunidade para os alunos neurodivergentes desenvolverem habilidades motoras finas e grossas, equilíbrio, flexibilidade, força e resistência); (2) melhora do comportamento social (as aulas de educação física são uma oportunidade para os alunos neurodivergentes interagirem com seus colegas de classe em um ambiente de grupo – isso pode ajudar a melhorar as habilidades sociais, incluindo a comunicação, a cooperação e o trabalho em equipe); (3) aumento da autoestima (a melhoria das habilidades físicas e sociais pode levar a um aumento da autoestima e da confiança nos alunos neurodivergentes); (4) redução do estresse e da ansiedade (as atividades físicas podem ajudar a reduzir o estresse e a ansiedade em alunos neurodivergentes); (5) incentivo à participação em atividades físicas fora da escola (as aulas de educação física podem ajudar a incentivar os alunos neurodivergentes a participarem de atividades físicas fora da escola, o que pode ter um impacto positivo na saúde e bem-estar geral).

No entanto, é importante notar que nem todos os alunos neurodivergentes terão as mesmas experiências nas aulas de educação física. Alguns podem precisar de adaptações para garantir que possam participar e se sentir confortáveis durante as atividades físicas. É importante que as escolas e professores de educação física estejam cientes das necessidades dos alunos neurodivergentes e estejam preparados para fornecer o suporte adequado para garantir sua inclusão e desenvolvimento.

A minha hipótese é que as aulas de educação física podem ter um impacto significativo no processo de inclusão e desenvolvimento dos alunos neurodivergentes. Além dos benefícios físicos da prática de atividade física, as aulas de educação física podem ajudar no desenvolvimento motor, na coordenação motora e na propriocepção dos alunos neurodivergentes. As aulas de educação física também podem promover a socialização e a interação com outros alunos, contribuindo para a inclusão e a convivência social. Além disso, as atividades em grupo podem ajudar a desenvolver habilidades de comunicação e cooperação. Todavia, é importante destacar que as aulas de educação física para alunos neurodivergentes devem ser adaptadas às suas necessidades e habilidades individuais. Os professores devem ter formação e capacitação para trabalhar com alunos neurodivergentes e utilizar metodologias adequadas para atender às suas necessidades específicas. Dessa forma, as aulas de educação física podem ser uma ferramenta importante para promover a inclusão e o desenvolvimento dos alunos neurodivergentes, ajudando-os em vários sentidos, como já dito.

O movimento em direção à inclusão na educação impacta as pessoas com deficiências, e observamos que as abordagens destinadas a essa população incorporam elementos específicos. Mel Ainscow (1995), consultor da UNESCO, traça um histórico interessante da Educação Especial globalmente e destaca que, nos anos 1970, muitos países passaram por transformações significativas, culminando nas atuais propostas. Ainscow (1995) relata um levantamento conduzido por esse organismo na década de 1980 em 58 países, revelando que a Educação Especial era predominantemente oferecida em escolas especiais segregadas, atendendo a um número limitado de alunos. A partir dessas constatações, o relatório da UNESCO aponta que, considerando "a demanda e os recursos limitados, as necessidades de educação e formação da maioria das pessoas com deficiência não podem ser atendidas exclusivamente em escolas e centros especiais" (UNESCO, 1988 *apud* Ainscow, 1995, p. 18).

Ainscow afirma ainda que:

> [...] é necessário introduzir mudanças tanto nas escolas especiais como nas regulares [...] há muitas indicações de que em um número elevado de países de todo o mundo a integração é um elemento central na organização da educação especial [...]. Esse

> projeto parece adequado para os países do Terceiro Mundo, dada a magnitude das necessidades e as inevitáveis limitações de recursos disponíveis (Ainscow, 1995, p. 18).

As aulas de Educação Física podem desempenhar um papel crucial no contexto da inclusão. A necessidade de criar um ambiente acolhedor e adaptar as atividades físicas de acordo com as necessidades individuais dos alunos neurodivergentes promove não apenas o desenvolvimento motor e a coordenação, mas também contribui para o bem-estar emocional e mental, reduzindo o estresse. Além disso, ao promover a aprendizagem social, as aulas de Educação Física oferecem um terreno propício para o desenvolvimento de habilidades sociais em um ambiente inclusivo.

O treinamento de professores e profissionais de apoio, fornecendo *insights* valiosos e capacitando-os a atender às necessidades específicas dos alunos neurodivergentes, é crucial para garantir uma inclusão efetiva nas aulas de Educação Física. A desconstrução de estigmas, destacando os sucessos e contribuições dos alunos neurodivergentes, é fundamental para criar uma cultura escolar verdadeiramente inclusiva. A produção contínua de conhecimento científico em educação inclusiva enriquece a base teórica e prática disponível para educadores, pesquisadores e profissionais da área de Educação Física.

A pesquisa realizada nas aulas de educação física com turmas de inclusão, contendo alunos neurodivergentes e com apoio educacional de profissionais capacitados, pode trazer diversos benefícios para o mundo educacional e acadêmico. No entanto, é importante considerar os aspectos éticos envolvidos na inclusão de alunos neurodivergentes nas aulas de educação física. É necessário que os professores estejam capacitados para lidar com as necessidades específicas desses alunos, respeitando suas limitações e garantindo que as atividades sejam inclusivas e acessíveis a todos. É importante garantir a privacidade e a segurança dos alunos, evitando situações constrangedoras ou discriminatórias. É fundamental que a inclusão de alunos neurodivergentes nas aulas de educação física seja realizada de forma consciente e responsável, levando em consideração as especificidades de cada caso e buscando sempre o bem-estar e o desenvolvimento dos alunos.

1.3 Relevância

No que se refere ao tema específico da inclusão de alunos neurodivergentes nas aulas de educação física, há pesquisadores que têm investigado os efeitos dessas aulas na vida desses alunos.

McDonnell *et al.* (2018) realizaram uma revisão sistemática da literatura e encontraram evidências de que as aulas de educação física podem ter um impacto positivo na saúde física e mental de crianças com autismo. Van der Ploeg *et al.* (2006) destacam que a atividade física pode ajudar a melhorar a qualidade de vida de crianças com Deficiência Intelectual.

Há também riscos envolvidos na inclusão de alunos neurodivergentes nas aulas de educação física. Por exemplo, é importante ter cuidado para não expor esses alunos a situações que possam ser estressantes ou ameaçadoras para eles. É fundamental que os professores de educação física estejam preparados para trabalhar com alunos neurodivergentes e possam adaptar suas estratégias de ensino para atender às necessidades individuais de cada aluno.

Em suma, a inclusão de alunos neurodivergentes nas aulas de educação física pode ter benefícios significativos para sua saúde e bem-estar, mas é importante tomar medidas para minimizar quaisquer riscos ou impactos negativos que a inclusão possa ter sobre esses alunos. A pesquisa nessa área pode ajudar a identificar as melhores práticas e estratégias para garantir a inclusão bem-sucedida de alunos neurodivergentes nas aulas de educação física.

Para os alunos neurodivergentes, a inclusão em aulas de educação física pode promover melhorias em sua saúde física, bem como na sua autoestima e autoconfiança. A prática de atividades físicas pode ajudar a reduzir o estresse e a ansiedade, além de contribuir para o desenvolvimento motor e social. Além disso, a inclusão em um ambiente escolar mais diverso e inclusivo podem levar a um sentimento de pertencimento e aceitação, fatores importantes para o desenvolvimento emocional e psicológico.

Outro autor que pode ser citado ao discutir o papel e os desafios da Educação Física na inclusão de alunos com necessidades especiais é David L. Gallahue. Em seu livro *Understanding Motor Development: Infants, Children, Adolescents, Adults* (1998), Gallahue discute amplamente como a educação física pode ser adaptada para atender às necessidades de desenvolvimento de todos os alunos, incluindo aqueles com necessidades especiais. Ele enfatiza a importância de um ambiente inclusivo que não apenas promova o desenvolvimento físico, mas também apoie o crescimento social e cognitivo.

Para os professores e demais envolvidos no processo, a inclusão de alunos neurodivergentes nas aulas de educação física pode trazer novos desafios e oportunidades de aprendizado. Pode exigir uma mudança de perspectiva e de práticas pedagógicas, mas pode também trazer uma maior satisfação profissional e senso de propósito.

É importante reconhecer que esses impactos podem ser subjetivos e variar de acordo com as experiências e perspectivas individuais. É possível que alguns professores sintam insegurança ou desafios na inclusão de alunos neurodivergentes, enquanto outros podem se

sentir inspirados e motivados. Deve-se destacar também que pode haver expectativas diferentes dos alunos e de seus pais ou responsáveis em relação ao processo de inclusão e aos resultados esperados.

Para mitigar impactos, é importante fornecer treinamento e recursos adequados para os professores, a fim de que eles possam se sentir mais preparados e confiantes na inclusão de alunos neurodivergentes. Além disso, é necessário um diálogo aberto e honesto com os alunos e suas famílias, para entender suas expectativas e necessidades individuais e ajustar as estratégias de inclusão.

1.4 Objetivos

1.4.1 Objetivo geral

Promover uma educação inclusiva voltada para os alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) dos anos iniciais do Ensino Fundamental nas aulas de educação física com o apoio das tecnologias digitais.

1.4.2 Objetivos específicos

- Identificar como as atividades físicas podem ajudar a desenvolver habilidades motoras, sociais e emocionais nos alunos com TEA;
- Analisar a importância da inclusão de alunos com TEA nas aulas de educação física;
- Desenvolver uma sequência didática com o apoio das tecnologias digitais voltada para a inclusão de alunos com TEA nas aulas de educação física.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Como professor e pesquisador, compreendo a importância de um olhar atento e especializado ao abordar o Transtorno do Espectro Autista (TEA). A pessoa com TEA apresenta um desenvolvimento atípico que afeta a comunicação, a interação social e o comportamento, manifestando-se de maneiras variadas e em diferentes graus de severidade. Esse transtorno neurobiológico se manifesta nos primeiros anos de vida e persiste ao longo do desenvolvimento, influenciando a maneira como o indivíduo percebe e interage com o mundo ao seu redor.

Conforme salientado por Bosa (2002), a pessoa com TEA enfrenta dificuldades significativas na comunicação social e exibe comportamentos restritos e repetitivos. Esses indivíduos podem ter características variadas, desde ausência total de fala até habilidades linguísticas avançadas, mas frequentemente enfrentam desafios em compreender nuances sociais e utilizar a linguagem de maneira funcional. Além disso, comportamentos repetitivos, interesses restritos e uma resistência a mudanças são características comuns.

Schwartzman (2011) acrescenta que o TEA não se restringe apenas às dificuldades de interação social e comunicação, mas também inclui desafios sensoriais e perceptuais. Indivíduos com TEA podem apresentar hipersensibilidade a estímulos sensoriais, como sons, luzes, texturas e cheiros, o que pode influenciar diretamente seu comportamento e capacidade de se adaptar ao ambiente.

No ambiente escolar, é essencial criar um espaço inclusivo que considere as necessidades específicas dos alunos com TEA. Amaral (2013) ressalta a importância de estratégias pedagógicas diferenciadas, a utilização de recursos visuais e adaptações curriculares para promover a aprendizagem e o desenvolvimento desses alunos. A interação com os pares, mediada por atividades estruturadas e supervisão adequada, é fundamental para a socialização e o desenvolvimento das habilidades comunicativas.

Assumpção Jr. (2012) destaca que a intervenção precoce e a abordagem multidisciplinar são cruciais para o desenvolvimento das pessoas com TEA. A participação de profissionais da educação, saúde e assistência social, trabalhando em conjunto com as famílias, é vital para promover um desenvolvimento mais harmonioso e possibilitar que essas pessoas atinjam seu potencial máximo.

Portanto, a compreensão do TEA exige um olhar atento e especializado que considere as múltiplas dimensões afetadas pelo transtorno. A inclusão escolar e social, o respeito às particularidades individuais e a implementação de práticas pedagógicas específicas são elementos-chave para garantir uma vida mais plena e integrada para as pessoas com TEA.

A Educação Inclusiva é um conceito fundamental para garantir que todos os alunos tenham acesso à educação de qualidade, independentemente de suas características individuais ou necessidades específicas. O Ministério da Educação do Brasil afirma que a educação inclusiva "assegura o acesso, a participação e a aprendizagem de todos os alunos, respeitando suas diferenças e promovendo a igualdade de oportunidades" (Brasil, 2008, p. 28). Isso significa que cada criança, com suas particularidades, deve ser valorizada e ter suas potencialidades reconhecidas e desenvolvidas.

Alves (2003) afirma que a diversidade é uma característica essencial da vida e que cada indivíduo é único, com suas próprias características e particularidades. A convivência com essa diversidade é parte da vida, e isso inclui pessoas com deficiências ou diferenças, que também têm o direito de estar presentes em nosso mundo (Alves, 2003).

Maria Teresa Eglér Mantoan, uma das principais vozes na área, destaca que a inclusão escolar vai além do simples acesso à escola: "A inclusão implica em aceitar o desafio de aprender a conviver com a diversidade, transformando a escola em um espaço acolhedor e propício para todos" (Mantoan, 2003, p. 45). A escola inclusiva não apenas acolhe, mas também celebra a diversidade, entendendo que cada aluno enriquece o ambiente com suas experiências únicas.

No Brasil, os trabalhos de Mantoan, Carvalho e Aranha são fundamentais para entender e implementar práticas inclusivas eficazes. Eles nos inspiram a ver a inclusão não apenas como uma obrigação legal, mas como uma oportunidade de criar uma sociedade mais justa e empática, na qual cada criança tem a chance de brilhar.

Rosana Glat (2007), em sua discussão sobre Educação Inclusiva, define-a como um processo contínuo de aprimoramento do sistema educacional para atender a todos os alunos, independentemente de suas particularidades, incluindo aqueles com deficiências. Para Glat (2007), esse processo envolve não apenas a adaptação de estruturas físicas e currículos, mas também mudanças na cultura, práticas e políticas das escolas, para garantir que todos os estudantes possam aprender juntos em um ambiente acolhedor e respeitoso.

A relevância desse processo, segundo Glat (2007), está em promover um ambiente de aprendizado que valoriza a diversidade, potencializando as habilidades de cada aluno e cultivando um sentido de pertencimento. Ela defende que a educação inclusiva não beneficia apenas os alunos com necessidades especiais, mas enriquece a experiência educacional de todos os alunos, preparando-os para viver em uma sociedade diversificada e inclusiva.

A educação inclusiva transforma os sistemas educacionais para acolher todos os alunos, independentemente de suas características individuais. Segundo Mantoan (2006), essa

abordagem não se restringe a incluir alunos com deficiências, mas busca garantir igualdade de oportunidades educacionais para todos, promovendo um ambiente de aprendizado que valoriza a diversidade.

No contexto da educação física, os princípios da educação inclusiva são aplicados para assegurar que as atividades físicas e esportivas sejam acessíveis e adaptadas para todos os alunos. Pereira e Teixeira (2024) discutem a utilização de tecnologias assistivas e recursos pedagógicos para facilitar a inclusão, permitindo que todos os alunos participem ativamente e de maneira segura, promovendo interação e desenvolvimento social, físico e emocional.

Assim, a Educação Inclusiva é vista não apenas como uma responsabilidade ética e legal das instituições educacionais, mas como uma oportunidade para melhorar o sistema educacional como um todo, promovendo a equidade e a justiça social.

2.1 Educação física inclusiva

Quando falamos de educação física inclusiva, estamos falando sobre criar oportunidades para que todos os alunos participem ativamente das atividades físicas e esportivas. Rosângela Gavioli Prieto de Carvalho, especialista na área, ressalta que "a Educação Física Inclusiva é um meio eficaz de promover a integração social, o desenvolvimento motor e a autoestima dos alunos com necessidades especiais" (Carvalho, 2006, p. 62). Ela nos lembra que o movimento e o esporte são poderosas ferramentas para a inclusão, proporcionando momentos de alegria, interação e desenvolvimento pessoal para todos.

A educação física inclusiva não é apenas uma adaptação de atividades, mas uma filosofia que vê o potencial em cada aluno. Ela desafia os educadores a criar ambientes onde todos possam participar plenamente, valorizando as capacidades individuais e promovendo o bem-estar físico e emocional. Como Aranha (2003, n. p.) coloca, "a inclusão deve ser um processo contínuo, onde a escola se adapta para atender às necessidades de todos os seus alunos". Isso envolve repensar estratégias, recursos e abordagens pedagógicas para garantir que todos os alunos se sintam valorizados e integrados.

A educação física inclusiva é uma extensão dos princípios da educação inclusiva aplicados especificamente ao componente curricular da educação física. A ideia é assegurar que atividades físicas e esportivas sejam acessíveis e adaptadas para atender às necessidades de todos os alunos, incluindo aqueles com deficiências físicas ou mentais.

Autores como Jorgeane Pereira e Daize Diniz Teixeira discutem a utilização de tecnologias assistivas e outros recursos pedagógicos para facilitar a inclusão no contexto da

educação física. Tais tecnologias permitem que todos os alunos participem ativamente e de maneira segura, promovendo não apenas a inclusão, mas também a interação e o desenvolvimento social, físico e emocional dos estudantes.

Implementar a educação inclusiva e a educação física inclusiva requer um compromisso contínuo com a adaptação e a melhoria das práticas pedagógicas. Isso implica não apenas o uso de tecnologias assistivas, mas também a formação e capacitação dos professores para trabalhar com diversidade e promover um ambiente de aprendizado acolhedor e eficaz para todos. Como salientado por Mantoan (2006), o desafio é grande, mas essencial para construir uma sociedade mais justa e equitativa, na qual a educação sirva como um pilar para a inclusão social de todos os indivíduos.

2.2 Breve percurso da educação inclusiva

Ao reconhecer que as dificuldades enfrentadas nos sistemas de ensino evidenciam a necessidade de confrontar as práticas discriminatórias e criar alternativas para superá-las, a educação inclusiva assume um espaço central no debate acerca da sociedade contemporânea e do papel da escola na superação da lógica da exclusão. A partir dos referenciais para a construção de sistemas educacionais inclusivos, a organização de escolas e classes especiais passa a ser repensada, implicando uma mudança estrutural e cultural da escola, para que todos os alunos tenham suas especificidades atendidas (Brasil, 2000).

No contexto brasileiro, a adoção do discurso em prol da inclusão educacional foi significativamente influenciada por movimentos e declarações de alcance internacional. Tal influência remonta ao final da década de 1940, coincidindo com a promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948). Entretanto, é nos anos 1990 que esse movimento ganha maior tração, o que, por outro lado, coincide com a promoção de reformas neoliberais.

A Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) desempenhou um papel crucial, ao produzir diversos documentos orientadores para a formulação de políticas públicas por parte de seus Estados-membros, dentre os quais o Brasil, na qualidade de signatário desses instrumentos, reconheceu seu compromisso e alinhamento com suas disposições ao elaborar políticas públicas nacionais. Dentre os documentos internacionalmente relevantes, destacam-se:

- *Declaração Universal dos Direitos Humanos* (1948): Essa declaração consagra, de maneira geral, a garantia de direitos iguais a todas as pessoas, independentemente de raça, cor,

sexo ou religião. Ela assegura direitos à liberdade, a uma vida digna, à educação fundamental, ao desenvolvimento pessoal e social, bem como à participação plena na vida em comunidade.

- *Declaração Mundial Sobre Educação para Todos e "Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem"* (1990): Esse documento, originado em Jomtien, Tailândia, enfatiza a necessidade de unir esforços para garantir o acesso às necessidades básicas de aprendizagem para todos os cidadãos, independentemente de sua idade. Além disso, reconhece o papel da educação na construção de um mundo e sociedade melhores. Ao aderir a essa declaração, o Brasil comprometeu-se internacionalmente a erradicar o analfabetismo e universalizar o ensino fundamental.

- *Declaração de Salamanca* (1994): Esse documento resultou da Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, promovida pela UNESCO e realizada em Salamanca, Espanha. Na Declaração de Salamanca, são estabelecidos os princípios fundamentais da Educação Inclusiva. O compromisso com a educação para todos, conforme acordado em Jomtien, foi reafirmado, enfatizando a necessidade premente de providenciar educação para crianças, jovens e adultos com necessidades especiais no sistema regular de ensino. O documento reconhece os desafios diversos enfrentados pelos sistemas educacionais no sentido de proporcionar uma educação satisfatória, inclusiva e equitativa, abrangendo indivíduos com desvantagens de ordem física, mental ou social. Isso implica o desenvolvimento de estratégias que promovam a igualdade de oportunidades. A Declaração de Salamanca desempenhou um papel central na orientação da elaboração da *Política Nacional para Inclusão das Crianças com Necessidades Especiais* (1994) e de todas as leis pertinentes à Educação Especial no contexto brasileiro.

- *Convenção da Guatemala* (1999): A Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Pessoa Portadora de Deficiência, também conhecida como Convenção da Guatemala, condena veementemente qualquer forma de discriminação, exclusão ou restrição baseada em deficiência, que impeça o exercício pleno dos direitos das pessoas com deficiência, incluindo o direito à educação. Em seu artigo I, a Convenção define o termo ‘deficiência’ e estabelece seus princípios fundamentais e obrigações.

Esses documentos internacionais têm exercido influência substancial na formulação de políticas educacionais inclusivas no Brasil, refletindo o compromisso do país em promover uma educação acessível, equitativa e de qualidade para todos os cidadãos, independentemente de suas características individuais.

Reconhecendo que as dificuldades nos sistemas de ensino evidenciam a necessidade de confrontar práticas discriminatórias e criar alternativas para superá-las, a educação inclusiva se torna um ponto central no debate sobre a sociedade contemporânea e o papel da escola na superação da exclusão. Com base nos princípios para a construção de sistemas educacionais inclusivos, a organização de escolas e classes especiais passa a ser repensada, implicando uma mudança estrutural e cultural nas escolas para atender às especificidades de todos os alunos (Brasil, 2000).

O problema que esta pesquisa busca abordar é como minimizar as lacunas existentes dentro da escola e da sociedade em relação ao aluno incluído, proporcionando uma formação efetiva, equilibrada e gradual para a construção de um cidadão global e autônomo.

No Brasil, o atendimento às pessoas com deficiência teve início na época do Império, com a criação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant – IBC, e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, hoje denominado Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES, ambos no Rio de Janeiro. No início do século XX, foi fundado o Instituto Pestalozzi (1926), instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental. Em 1945, foi criado o primeiro atendimento educacional especializado para pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi, por Helena Antipoff. Em 1954, foi fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE.

Se passarmos para a atualidade, no século XXI, muitas vezes a pessoa que luta por alguma causa é conhecida como ‘lacradora’, mas é preciso reforçar que estão na lei, há algum tempo, os direitos das pessoas com deficiência. Por isso, outro ponto importante que aqui mencionamos é a nossa Constituição, a lei maior do nosso país, que apenas uma pequena parcela da população tem ciência que existe e assegura muitos direitos e deveres para todos. Percebemos que os poucos que a conhecem, na sua essência, são pessoas que lidam com a área do direito ou concursos de segurança pública, que precisam usá-la no seu dia a dia, porém, às vezes, parecem esquecer de pôr em prática o aprendido. Por exemplo, todos têm direito a vaga em uma escola ou até mesmo a socorro e medicamentos em hospital público, porém muitas vezes é preciso judicializar para garantir o direito.

A Constituição Federal de 1988 traz como um dos seus objetivos fundamentais “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer

outras formas de discriminação" (art. 3º, inciso IV). Define, no artigo 205, a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. No seu artigo 206, inciso I, estabelece a "igualdade de condições de acesso e permanência na escola" como um dos princípios para o ensino e garante, como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208).

Outro documento que existe no nosso país é o ECA (1990), que veio para mais uma vez garantir de forma clara, simples e explícita algo que já aparece na constituição, porém é pouco praticado no cotidiano da população brasileira. O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, ou Lei nº 8.069/90, no artigo 55, reforça os dispositivos legais supracitados, ao determinar que "os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino". Também na década 1990, documentos como a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994) passaram a influenciar a formulação das políticas públicas da educação inclusiva.

A historicidade da inclusão educacional revela uma evolução ao longo de diferentes períodos históricos e culturas. De acordo com Correia (1999), na Idade Antiga, na Grécia, observa-se um cenário de exclusão social significativa, no qual crianças nascidas com deficiências eram frequentemente abandonadas ou, em alguns casos, eliminadas, sendo privadas de qualquer oportunidade de participação na vida social. Na Idade Média, pessoas com deficiência também enfrentaram marginalização, frequentemente sendo rotuladas como inválidas e sujeitas a perseguição e morte, relegadas a viver à margem da sociedade.

No Brasil, por volta do século XVIII, o atendimento às pessoas com deficiência limitava-se, principalmente, aos sistemas de abrigos e à distribuição de alimentos por meio das Santas Casas, com poucas exceções de crianças que participavam de alguma forma de instrução junto às tidas como 'normais'.

No século XX, a abordagem educacional para pessoas com deficiência estava predominantemente enraizada na perspectiva médico-pedagógica, enfocando as causas biológicas das deficiências. Com o avanço da psicologia, novas teorias de aprendizagem começaram a influenciar a educação, culminando em uma perspectiva psicopedagógica que enfatizava a importância da escola e destacava os métodos e técnicas de ensino. Na década de 1990 e no início do século XXI, houve avanços significativos nos estudos de Educação Especial no Brasil (Mazzotta, 2005).

De acordo com os estudos de Mazzotta (2005), podem-se identificar três abordagens sociais que moldaram o desenvolvimento da Educação Especial em relação às pessoas com necessidades especiais, particularmente aquelas com deficiência:

- Marginalização: Caracterizada pela total descrença na capacidade das pessoas com deficiência, resultando na omissão completa da sociedade em fornecer serviços adequados para esse grupo da população.

- Assistencialismo: Marcada por um sentido filantrópico, paternalista e humanitário, essa abordagem visava principalmente a proteção das pessoas com deficiência, mantendo uma subestimação de seu potencial.

- Educação/Reabilitação: Essa abordagem demonstra uma crença nas possibilidades de mudança e desenvolvimento das pessoas com deficiência, acompanhada pela preocupação em oferecer serviços educacionais adequados.

Sassaki (2006) descreve quatro fases que marcam a evolução da inclusão/integração educacional ao longo da história:

- Fase de Exclusão: Nessa fase, não havia atenção ou preocupação direcionada às pessoas com necessidades especiais, que eram amplamente rejeitadas e ignoradas pela sociedade.

- Fase da Segregação Institucional: Pessoas com necessidades especiais eram afastadas de suas famílias e atendidas em instituições religiosas ou filantrópicas. Foi nesse período que surgiram as primeiras escolas especiais e centros de reabilitação.

- Fase de Integração: Algumas pessoas com necessidades especiais foram encaminhadas para escolas regulares, classes especiais e salas de recursos, após passarem por testes de inteligência. Os alunos eram preparados para se adaptarem à sociedade.

- Fase de Inclusão: Nessa fase, todas as pessoas com necessidades especiais devem ser inseridas em classes regulares, adaptando-se os ambientes físicos e os métodos educacionais de acordo com as necessidades e especificidades individuais dos alunos.

A compreensão dessas fases históricas ajuda a contextualizar a evolução do conceito de inclusão educacional e a destacar os esforços para criar ambientes educacionais mais inclusivos e equitativos.

2.3 O que é o autismo e o que é o aluno com autismo

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição neuropsiquiátrica complexa que afeta o desenvolvimento e o comportamento de uma pessoa, manifestando-se principalmente na infância. O termo ‘espectro’ reflete a vasta gama de manifestações e a intensidade variada dos sintomas, que podem incluir desafios significativos na comunicação social, comportamentos repetitivos, interesses restritos e, em alguns casos, sensibilidades sensoriais. Embora a causa exata do autismo ainda não seja completamente compreendida, acredita-se que fatores genéticos e ambientais desempenhem um papel importante em sua etiologia.

Indivíduos com autismo podem apresentar dificuldades em interagir socialmente, o que inclui manter contato visual, entender gestos e expressões faciais, e interpretar as intenções dos outros. Essas dificuldades podem variar de leves a graves, dependendo da pessoa. Além disso, comportamentos repetitivos, como balançar o corpo ou alinhar objetos, são comuns, assim como interesses intensamente focados em tópicos específicos. Em termos de linguagem, enquanto alguns autistas desenvolvem uma comunicação verbal fluente, outros podem ter atrasos significativos ou mesmo ausência total de fala.

É importante notar que o TEA não define uma pessoa; ao contrário, cada indivíduo com autismo possui uma personalidade, habilidades e talentos únicos. O diagnóstico e a intervenção precoce são cruciais, pois podem ajudar a melhorar a qualidade de vida do autista, promovendo sua autonomia e participação na sociedade. Com apoio adequado, muitas pessoas com TEA levam vidas plenas e satisfatórias.

Nas escolas contemporâneas, o aluno com autismo representa tanto um desafio quanto uma oportunidade de aprendizado e crescimento para toda a comunidade escolar. O autismo, sendo uma condição que afeta cada indivíduo de forma única, exige que a escola adote abordagens pedagógicas personalizadas e inclusivas. Um aluno com autismo pode apresentar dificuldades em seguir as rotinas escolares padrão, o que pode se manifestar na resistência a mudanças, na necessidade de suportes sensoriais ou na dificuldade de entender regras sociais implícitas.

Na prática, o professor precisa estar preparado para adaptar suas estratégias de ensino, utilizando recursos visuais, rotinas claras e previsíveis, além de oferecer um ambiente de sala de aula que minimize sobrecargas sensoriais, como ruídos ou luzes excessivas. A comunicação entre professores, equipe de apoio, família e o próprio aluno é fundamental para criar um plano educacional que atenda às necessidades específicas do estudante.

No entanto, é crucial lembrar que o aluno com autismo também traz consigo uma riqueza de perspectivas e capacidades. Muitos possuem habilidades notáveis em áreas como a matemática, a música ou a arte, e quando esses talentos são reconhecidos e valorizados, não apenas o aluno prospera, mas também contribui de forma única para a dinâmica da sala de aula.

Por outro lado, a integração plena de um aluno com autismo depende da sensibilização e do entendimento de todos os membros da comunidade escolar, incluindo colegas de classe. Promover uma cultura de respeito, empatia e inclusão é essencial para que o aluno com autismo se sinta acolhido e valorizado.

Assim, na escola de hoje, o aluno com autismo é, simultaneamente, um indivíduo que requer atenção especializada e um membro vital da comunidade escolar. Sua presença desafia as práticas tradicionais de ensino, impulsionando inovações pedagógicas e contribuindo para uma educação mais inclusiva e equitativa.

3 PERCURSO METODOLÓGICO: REVISÃO SISTEMÁTICA

Esta pesquisa tem por objetivo refletir sobre o impacto das aulas de educação física no processo de inclusão e desenvolvimento dos alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Para isso, foi realizada uma pesquisa bibliográfica de revisão sistemática sobre a importância da inclusão de alunos com TEA nas aulas de educação física e como essas aulas impactam no processo de aprendizagem das crianças.

Em relação à abordagem metodológica, trata-se de uma pesquisa qualitativa básica e bibliográfica, por meio de mapeamento do banco de dados *Google Acadêmico*. Segundo Gaskell (2002 *apud* Câmara, 2013), a pesquisa qualitativa volta-se para o entendimento detalhado de informações subjetivas, como crenças, atitudes, valores, motivação e comportamento, nos contextos em que os indivíduos se encontram inseridos. Esta dissertação faz uso metodológico de uma análise bibliográfica composta pela revisão sistemática, que, segundo Galvão e Ricarte (2019, p. 2), configura-se como "uma modalidade de pesquisa, que segue protocolos específicos, e que busca entender e dar alguma logicidade a um grande *corpus* documental, especialmente, verificando o que funciona e o que não funciona em um dado contexto".

Ao buscar responder à questão de pesquisa preestabelecida, realizou-se uma busca preliminar na base de dados do *Google Acadêmico*, com os termos: 'inclusão escolar'; 'alunos com TEA'; 'educação física para alunos com TEA'. Utilizaram-se operadores booleanos, neste caso o operador 'AND'. Segundo o guia disponibilizado pelo portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, do Ministério da Educação, esse operador tem a seguinte função: "AND – funciona como a palavra "e", fornecendo a intercessão, ou seja, mostra apenas os registros que contenham todas as palavras digitadas, restringindo a amplitude da pesquisa". Foram delimitadas as pesquisas em português, considerando as palavras-chave somente nesse idioma e sua aplicação no recorte temporal de 2016 a 2024.

4 RESULTADOS DA REVISÃO

Foram encontrados 6 artigos, a partir do uso das palavras-chave ‘inclusão escolar’, ‘alunos com TEA’ e ‘educação física para alunos com TEA’. Desses, 2 eram repetidos, o que levou à exclusão de um deles. Então, esta pesquisa se ateve a 5 artigos, elencados no Quadro 1.

Quadro 1 – Síntese dos resultados obtidos na base de dados *Google Acadêmico*

Base	**Conjunto de Descritores**	**Títulos**	**Autores**	**Ano de Publicação**	**Nº**
Google Acadêmico	“Inclusão escolar" and "alunos com TEA" and "educação física para alunos com TEA"	Educação física escolar e suas contribuições para alunos com Transtorno do Espectro Autista	ZIEMBA; REIS.	2022	01
Google Acadêmico	“Inclusão escolar" and "alunos com TEA" and "educação física para alunos com TEA"	Inclusão de crianças autistas nas aulas de educação física	OLIVEIRA; SOUSA.	2021	02
Google Acadêmico	“Inclusão escolar" and "alunos com TEA" and "educação física para alunos com TEA"	A atuação do professor de educação física em relação à inclusão escolar de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA)	SOARES.	2021	03
Google Acadêmico	“Inclusão escolar" and "alunos com TEA" and "educação física para alunos com TEA"	Contribuição da educação física para o desenvolvimento motor e social do aluno com Transtorno do Espectro do Autismo	SILVA; PREFEITO; TOLOI.	2019	04
Google Acadêmico	“Inclusão escolar" and "alunos com TEA" and "educação física para alunos com TEA"	Crianças com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) no ensino regular através da educação física	CANTALICIO.	2016	05
Total					**05**

Fonte: Autoral (2024).

O Quadro 1 apresenta algumas informações básicas relacionadas aos artigos selecionados para a revisão sistemática, com o objetivo de facilitar a conferência por outros pesquisadores, tornando a metodologia mais consistente. De acordo com Khan (2003 *apud*

Mendes, 2020), na revisão sistemática há vantagens de construção e aplicação, pois ela proporciona a argumentação e a pesquisa a partir de outros estudos que abordam a mesma questão, sendo possível também identificar suas carências e lacunas, contribuindo para a síntese do conhecimento já produzido sobre o tema.

A seção a seguir destina-se a analisar o conteúdo dos 5 artigos encontrados em cada uma das áreas temáticas identificadas.

5 ANÁLISE DE DADOS E DISCUSSÃO

A seguir, apresentam-se os artigos encontrados, com uma análise descritiva dos mesmos.

5.1 Educação física escolar e suas contribuições para alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA)

O artigo explora a importância da Educação Física escolar para o desenvolvimento de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), enfatizando como as atividades físicas podem desempenhar um papel crucial na inclusão e no avanço desses estudantes em diversas áreas do desenvolvimento humano. A pesquisa se apoia em fundamentações teóricas que mostram a interação entre as práticas educacionais e as políticas públicas que promovem a inclusão desses alunos.

A inclusão de atividades físicas no currículo escolar é essencial não apenas para o desenvolvimento motor, mas também para o crescimento cognitivo, social e emocional das crianças com TEA. Hollerbusch (2001) destaca que as atividades físicas estruturadas não só auxiliam no desenvolvimento psicomotor, como também promovem melhorias significativas na interação social e na comunicação desses alunos. De maneira similar, Rosadas e Magro (2005) apontam os benefícios multifacetados que essas atividades trazem para o desenvolvimento psicomotor, social e afetivo.

Dentro das práticas pedagógicas, a psicomotricidade se destaca como uma abordagem eficaz na Educação Física para a inclusão de alunos com TEA. Segundo Seabra (2012), essa abordagem integra os domínios motor, intelectual e afetivo, facilitando uma educação mais completa. Campão (2008) reforça essa visão, argumentando que jogos e atividades lúdicas constituem ferramentas poderosas para o desenvolvimento integral dos alunos, proporcionando um ambiente de aprendizado e interação social enriquecedor.

As políticas públicas também têm um papel fundamental na garantia de uma educação inclusiva para esses alunos. Desde a promulgação da Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) até a adoção da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), o Brasil tem feito progressos significativos em sua legislação para assegurar que alunos com TEA tenham as mesmas oportunidades educacionais que os demais estudantes. Essas leis são essenciais para criar um sistema educacional que respeite e atenda às necessidades de todos os alunos, como enfatizado na Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro do Autista (Lei nº 12.764/2012).

Mariluci Ferreira Ziemba e Mariana Silva dos Reis (2022) abordam em seu estudo a importância dessa disciplina para a inclusão e desenvolvimento integral dos alunos com TEA, destacando a necessidade de abordagens pedagógicas adaptativas e uma infraestrutura de suporte legislativo robusta que facilite a inclusão.

A relevância da educação física para alunos com TEA é amplamente documentada, como nos trabalhos de Rosadas e Magro (2005), que evidenciam os benefícios psicomotores, sociais e afetivos que essa disciplina pode trazer. Segundo Hollerbusch (2001), a educação física tem uma incidência profunda nos vários aspectos do desenvolvimento de uma criança autista, proporcionando um campo fértil para o desenvolvimento de habilidades essenciais que vão além da educação física, mas que se estendem para a vida cotidiana e interação social.

Além dos benefícios imediatos, como a melhora na coordenação motora e habilidades cognitivas, a educação física promove a inclusão social desses alunos. As políticas públicas, como a Lei Berenice Piana (Brasil, 2012), desempenham um papel essencial ao reconhecer os indivíduos com TEA como pessoas com deficiência, garantindo assim seus direitos à educação e inclusão social. Essas políticas são vitais para assegurar que as necessidades desses alunos sejam atendidas dentro do sistema educacional.

É crucial que os professores de educação física recebam formação adequada para atender às necessidades específicas dos alunos com TEA. Conforme destacado por Aguiar, Pereira e Bauman (2017), é importante que as aulas sejam estruturadas de maneira a minimizar a ansiedade desses alunos, com rotinas previsíveis e adaptações que facilitem a aprendizagem e a integração. A educação física, portanto, deve ser vista não apenas como uma oportunidade para a prática de exercício físico, mas como um meio de desenvolvimento social e emocional.

A inclusão efetiva de alunos com TEA no contexto da educação física requer que os educadores estejam equipados para modificar suas práticas pedagógicas, garantindo que todas as atividades sejam acessíveis e benéficas. A educação física inclusiva não só atende às necessidades de desenvolvimento motor, mas também promove habilidades de socialização e comunicação, essenciais para a integração plena dos alunos com TEA na sociedade.

Concluindo, a Educação Física é mais do que uma disciplina curricular: é um meio vital para a inclusão social e educacional de alunos com TEA. Abordagens adaptadas e apoiadas por políticas públicas consistentes podem trazer avanços significativos no desenvolvimento desses alunos, promovendo a autoestima e as habilidades sociais necessárias para sua plena participação na sociedade. Esse papel transformador da Educação Física é amplamente suportado por evidências de pesquisa e fundamentações teóricas, que confirmam seu valor inestimável na educação de alunos com TEA. Finalmente, destaca-se a importância da

integração de políticas educacionais inclusivas e práticas educativas que envolva toda a comunidade escolar.

5.2 Inclusão de crianças autistas nas aulas de educação física

Em seu artigo, Larissa de Lima Oliveira e Francisco José Fornari Sousa (2021) abordam as intricadas dimensões da inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas aulas de Educação Física. O estudo destaca a importância crítica de os educadores reconhecerem o grau específico do transtorno de cada aluno para desenvolver atividades que sejam verdadeiramente inclusivas e eficazes em promover o desenvolvimento integral desses estudantes.

A pesquisa utiliza uma metodologia descritiva e diagnóstica, focada em uma amostra de professores das redes estadual e municipal de Otacílio Costa, SC. A coleta de dados foi realizada por meio de questionários eletrônicos, e as respostas indicam que, apesar da sólida formação acadêmica dos professores, que inclui especializações e uma experiência que varia de 8 a 25 anos, há desafios significativos na inclusão efetiva de alunos com TEA. Esses desafios são principalmente relacionados à interação, à adequação das atividades e ao planejamento necessário para atender às necessidades específicas desses alunos.

A análise dos dados, apresentada em forma de tabelas, revela que todos os professores já tiveram experiências de ensino com alunos com TEA, mas muitos se sentem inseguros ou não preparados para lidar com as particularidades desses estudantes. Este ponto destaca uma lacuna importante na formação inicial e continuada dos professores em relação às práticas de educação física inclusiva.

Os autores citam estudiosos como Severo (2007), que define o TEA como um ‘transtorno de espectro’, afetando indivíduos de maneiras variadas e em diferentes graus. Essa caracterização reforça a necessidade de abordagens personalizadas na educação física. Além disso, Costa (2018) e Menezes (2019) discutem a importância da inclusão escolar não apenas como um direito, mas como uma prática essencial para a integração social e o desenvolvimento pessoal dos alunos.

Ao concluir, Oliveira e Sousa (2021) enfatizam que a formação acadêmica inicial não é suficiente para preparar os professores para os desafios da educação inclusiva. Eles argumentam a favor de uma formação continuada que seja focada em práticas adaptativas e inclusivas, capazes de equipar os educadores com as habilidades necessárias para transformar as aulas de Educação Física em espaços de aprendizado acessíveis e enriquecedores para todos os alunos.

Esse estudo não apenas ressalta os desafios enfrentados pelos educadores, mas também serve como um apelo à ação para o desenvolvimento de políticas e práticas educacionais que garantam a inclusão efetiva e respeitosa de todos os alunos, independentemente de suas capacidades individuais. É um chamado à reflexão e à ação para que a educação física possa cumprir seu papel integral na formação dos alunos, proporcionando um ambiente que valorize as diferenças e promova o desenvolvimento holístico.

No contexto da inclusão de crianças autistas nas aulas de Educação Física, o marco teórico robusto e as fontes acadêmicas bem fundamentadas são essenciais para uma compreensão profunda e uma intervenção eficaz. A pesquisa realizada por Oliveira e Sousa (2021) aborda a necessidade crucial de professores de Educação Física serem capacitados para identificar o grau de Transtorno do Espectro Autista (TEA) de seus alunos, a fim de planejar e executar atividades que sejam verdadeiramente inclusivas e eficazes.

O estudo destaca a importância da formação continuada, pois a formação inicial muitas vezes não é suficiente para preparar os educadores para os desafios específicos encontrados ao trabalhar com alunos com TEA. Isso é corroborado por Ainscow (2000), que enfatiza a necessidade de práticas de ensino adaptativas e inclusivas que sejam capazes de suportar a diversidade em ambientes educacionais.

Além disso, os Parâmetros Curriculares Nacionais (Brasil, 1997) oferecem uma direção valiosa ao apontar que a educação deve evitar a exclusão e promover a interação e a inclusão de todos os alunos, o que é especialmente pertinente para alunos com necessidades especiais. As dificuldades na interação e inclusão, assim como a necessidade de planejamento adequado, são desafios comuns que os professores enfrentam, como mostrado na pesquisa de Oliveira e Sousa (2021).

A inclusão efetiva de alunos com TEA também exige uma abordagem cuidadosa na seleção de metodologias de ensino. A abordagem construtivista, por exemplo, permite que os alunos construam conhecimento através da interação direta com o ambiente, o que pode ser particularmente benéfico para alunos com TEA, que muitas vezes precisam de mais engajamento concreto para facilitar a aprendizagem (Chakur, 2002).

Essa pesquisa ilustra a complexidade e a importância da preparação adequada dos professores de Educação Física para trabalhar eficazmente com alunos com TEA, enfatizando a necessidade de um compromisso contínuo com a educação especializada e a adaptação das práticas pedagógicas para atender às necessidades de todos os alunos.

5.3 A atuação do professor de educação física em relação à inclusão escolar de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA)

A monografia apresentada por Andreline Lima Soares na Universidade Federal de Alagoas em 2021, sob orientação da professora doutora Marily Oliveira Barbosa, foca na crucial questão da inclusão escolar de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no contexto da Educação Física. A pesquisa investiga as estratégias pedagógicas que os professores de Educação Física podem adotar para facilitar a inclusão desses alunos nas atividades propostas, um tema de significativa relevância social e educacional.

Através de uma metodologia qualitativa e do modelo de estudo de caso, Soares (2021) explorou as práticas em aulas de Educação Física. A investigação utilizou entrevistas semiestruturadas e observações diretas das aulas, permitindo uma compreensão mais profunda das práticas pedagógicas e das percepções dos professores frente aos desafios da inclusão.

Os resultados da pesquisa indicam uma discrepância notável entre a teoria inclusiva e sua prática efetiva. Embora exista um discurso consolidado sobre a importância da inclusão, muitos professores enfrentam desafios significativos no uso de recursos pedagógicos adaptados e na modificação de suas metodologias para atender às necessidades dos alunos com TEA. Esse cenário sugere uma falta de preparo específico e de recursos que são fundamentais para a implementação eficaz da inclusão.

A pesquisa destaca três temas principais: a experiência dos professores no ensino de Educação Física para alunos com TEA; as práticas e estratégias pedagógicas adotadas; e a percepção dos educadores sobre a proposta de inclusão. Esses temas são essenciais para entender as complexidades da educação física inclusiva e sublinham a necessidade urgente de formação continuada para os professores. Essa formação deve abranger conhecimentos específicos sobre o TEA e estratégias de ensino adaptativas e inclusivas.

Soares (2021) conclui que é essencial para os professores de Educação Física revisarem suas metodologias e buscarem constantemente novas formas de engajamento. Estas devem considerar as particularidades de cada aluno, promovendo um ambiente de aprendizagem que valorize a diversidade e otimize o potencial de todos os estudantes, independentemente de suas condições neurológicas.

A pesquisa de Andreline Lima Soares (2021) é um chamado à ação para que os sistemas educacionais não apenas reconheçam a necessidade de inclusão, mas que também implementem práticas eficazes que integrem todos os alunos. O objetivo é oferecer a todos igualdade de oportunidades para aprender e crescer em um ambiente educacional acolhedor e adaptativo.

A inclusão escolar de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Educação Física demanda uma abordagem pedagógica que priorize práticas inclusivas e adaptadas, fundamentadas em um sólido marco teórico e práticas baseadas em evidências. A análise das estratégias pedagógicas utilizadas pelos professores de Educação Física, como descrito por Soares (2021), aponta para a necessidade de uma formação continuada e especializada para os docentes envolvidos.

De acordo com estudos como os de Rodrigues e Porta (2018) e Fiorini (2011), o professor de Educação Física desempenha um papel crucial na promoção da inclusão, sendo essencial que esteja bem-preparado e informado sobre as características e necessidades dos alunos com TEA. A falta de preparo pode levar a práticas pedagógicas inadequadas, que não apenas falham em atender às necessidades desses alunos, mas também podem excluir ou marginalizar ainda mais esses indivíduos no contexto escolar.

A legislação brasileira, como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996), reforça o direito à educação inclusiva, destacando a importância da adaptação dos ambientes educacionais para atender a todos os alunos, independentemente de suas condições físicas ou psicológicas. Esse marco legal serve como um guia para as práticas inclusivas, incentivando as instituições educacionais a criarem um ambiente que promova a igualdade de oportunidades para todos.

Além disso, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) orienta os currículos das escolas, estabelecendo competências e habilidades que devem ser desenvolvidas em todos os alunos. No contexto da Educação Física, isso inclui adaptar as aulas para garantir a participação ativa de alunos com TEA, utilizando estratégias como a simplificação de instruções, o uso de materiais adaptados e a organização de atividades que promovam tanto o desenvolvimento físico quanto social.

A inclusão efetiva de alunos com TEA nas aulas de Educação Física, portanto, exige uma abordagem holística que combine formação adequada dos professores, adaptações curriculares baseadas nas necessidades individuais dos alunos e um compromisso com os princípios da educação inclusiva. Isso permitirá não apenas a melhoria da qualidade da educação oferecida, mas também promoverá um ambiente de respeito e valorização das diferenças.

5.4 Contribuição da educação física para o desenvolvimento motor e social do aluno com Transtorno do Espectro Autista (TEA)

No artigo elaborado por Isabela Carolina Pinheiro da Silva, Carina Regina Prefeito e Gabriela Galucci Toloi (2019), do Centro Universitário de Adamantina, São Paulo, Brasil, apresenta-se um estudo inovador focado no desenvolvimento motor e social de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) através de intervenções específicas em Educação Física. Esse estudo, que se destaca no contexto da Educação Inclusiva, é uma contribuição significativa para o campo educacional, demonstrando como a Educação Física pode ser um vetor crucial para a inclusão e o desenvolvimento integral dos alunos com necessidades especiais.

O estudo foi meticulosamente projetado para avaliar a eficácia das intervenções motoras e sociais em alunos do Ensino Fundamental de uma cidade do interior de São Paulo, usando uma série de testes padronizados para medir progressos significativos nas habilidades dos alunos. Os dados coletados através de testes do Manual de Avaliação Motora forneceram uma base sólida para análises subsequentes, permitindo uma avaliação mais precisa dos impactos na psicomotricidade. A metodologia utilizada, que envolveu a repetição de testes após as intervenções, confirmou que as atividades de psicomotricidade não só melhoram o desenvolvimento motor, mas também facilitam melhorias notáveis no comportamento social dos alunos com TEA.

A pesquisa reafirma a literatura existente que apoia a importância da Educação Física para alunos com deficiências, como destacado por Maranhão e Souza (2012), que enfatizam os benefícios multifacetados da atividade física regular. A inclusão de atividades físicas adaptadas é essencial, não apenas para o desenvolvimento motor, mas como meio de melhorar a interação social e a inclusão dos alunos com TEA. O estudo de Silva, Prefeito e Toloi (2019) ilustra como intervenções direcionadas facilitam a inclusão desses alunos em escolas regulares.

Esse estudo é um testemunho da capacidade das escolas de adaptar seu currículo e práticas pedagógicas para atender às necessidades de todos os alunos, demonstrando a viabilidade e a necessidade de práticas educacionais inclusivas que respeitem e valorizem a diversidade. As implicações do estudo são vastas, sugerindo que os sistemas escolares devem considerar ajustes similares em suas abordagens pedagógicas para garantir que todos os alunos, independentemente de suas capacidades, possam se beneficiar de uma educação que promova tanto o desenvolvimento acadêmico quanto social.

O marco teórico do artigo se apoia na Declaração Universal de Direitos Humanos e na Declaração de Salamanca, que reforçam o direito à educação inclusiva e adaptada às

necessidades de cada aluno, independentemente de suas condições individuais. As autoras enfatizam que a prática da Educação Física na escola não apenas promove a inclusão, mas também contribui significativamente para a melhoria do desenvolvimento motor e social, proporcionando aos alunos com TEA a oportunidade de melhorar suas habilidades de interação social e coordenação motora.

Em conclusão, o trabalho de Silva, Prefeito e Toloi (2019) contribui de maneira significativa para o entendimento de como práticas pedagógicas específicas na Educação Física podem ser adaptadas para melhor atender às necessidades de alunos com TEA, destacando a importância da inclusão e da adaptação curricular em ambientes de aprendizagem diversificados. O estudo é particularmente relevante porque demonstra, por meio de dados empíricos, que intervenções direcionadas na área da Educação Física podem resultar em melhorias notáveis nas competências motoras e sociais dos alunos com TEA, contribuindo para a construção de um ambiente escolar mais inclusivo e acolhedor para todos.

5.5 Crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ensino regular através da educação física

No artigo de Monique Aparecida Silva Cantalicio (2016), apresentado ao Centro Universitário do Sul de Minas – UNIS/MG, a inclusão de crianças com TEA em ambientes educacionais regulares é discutida com uma atenção especial ao papel significativo da Educação Física. O documento detalha o autismo como uma desordem neurofisiológica que se manifesta desde o início do desenvolvimento, impactando primordialmente as habilidades de comunicação e interação social do indivíduo.

Cantalicio (2016) descreve o autismo por meio de suas manifestações comportamentais, que incluem dificuldades substanciais na comunicação e interação social, juntamente com comportamentos repetitivos e restritivos. A autora enfatiza a importância do diagnóstico precoce, dado que os sintomas podem variar enormemente entre os indivíduos afetados, influenciando diretamente na escolha e eficácia das intervenções pedagógicas e terapêuticas aplicadas.

Um ponto central do artigo é o valor da Educação Física como um instrumento para a inclusão dessas crianças. Cantalicio (2016) argumenta que as atividades físicas, quando adaptadas e bem estruturadas, não apenas melhoram as habilidades motoras e cognitivas, mas também são cruciais para a socialização e inclusão efetiva das crianças com TEA em ambientes de ensino regular. A autora apresenta a Educação Física como um espaço no qual essas crianças

podem praticar habilidades sociais em um ambiente controlado, o que é vital para sua qualidade de vida.

Metodologicamente, a pesquisa é caracterizada como bibliográfica e utiliza o método hipotético-dedutivo para explorar e analisar as intervenções propostas na literatura existente sobre a inserção de crianças com TEA por meio da Educação Física. Além disso, Cantalicio (2016) ressalta a importância das estratégias de ensino estruturado, que fornecem um ambiente de aprendizado previsível e podem ajudar a reduzir a ansiedade frequentemente experimentada por crianças com TEA em situações novas ou desconhecidas.

O artigo também aborda os desafios associados à inclusão de crianças com TEA, apontando a falta de preparação adequada e recursos em muitas escolas. A autora chama atenção para a necessidade urgente de melhorar a capacitação dos educadores e outros profissionais envolvidos, a fim de sensibilizá-los e equipá-los melhor para atender às necessidades dessas crianças.

Cantalicio (2016) reitera a necessidade de um ambiente educacional inclusivo que se adapte às necessidades dos alunos com TEA. Ela apela para uma maior conscientização sobre o autismo e a implementação de práticas pedagógicas inclusivas que não apenas acomodem, mas também valorizem as diferenças individuais. O documento conclui enfatizando o papel crucial da Educação Física no desenvolvimento integral e na inclusão de crianças com TEA no sistema educacional regular.

A integração de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em ambientes educacionais regulares não é apenas uma obrigação legal sob a égide da Constituição Federal de 1988, que assegura educação de qualidade para todos os cidadãos, mas também uma oportunidade para enriquecer nosso tecido social e educacional. A pesquisa e prática pedagógica contemporâneas destacam a importância de compreender e adaptar as abordagens educacionais para incluir efetivamente esses alunos, cujas necessidades são tanto complexas quanto profundamente mal compreendidas.

Desde a descrição pioneira de Leo Kanner, em 1943, que identificou o autismo como uma condição marcada por "um isolamento extremo desde o início da vida e um desejo obsessivo pela preservação da mesmice", a compreensão do TEA evoluiu significativamente (Volkmar; Hubner; Halpern, 2010). Essa evolução teórica reflete uma mudança de visões estigmatizantes para abordagens mais holísticas e empáticas, reconhecendo as capacidades e desafios únicos desses indivíduos.

A Educação Física surge como um campo promissor para a inclusão, conforme evidenciado por estudos como o de Tomé (2007), que apontam os benefícios da atividade física

não apenas na melhoria da coordenação motora e das habilidades sociais, mas também na elevação da qualidade de vida das crianças com TEA. A prática de atividades físicas é fundamental, pois cria uma ponte para a interação social e o desenvolvimento de competências comunicativas, áreas frequentemente desafiadoras para esses alunos.

A inclusão escolar vai além da mera presença física na sala de aula: ela exige uma verdadeira integração, que pode ser alcançada somente através de um comprometimento com práticas pedagógicas inclusivas e adaptadas. Mantoan (2015) ressalta que a inclusão "é a nossa capacidade de entender e reconhecer o outro e assim ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós". Esse é o cerne da educação inclusiva: não apenas coexistir, mas engajar-se ativamente com a diversidade humana.

Por fim, a implementação eficaz da inclusão de alunos com TEA exige uma colaboração contínua entre educadores, famílias e especialistas, além de uma formação adequada dos professores para atender às necessidades específicas desses alunos. A pesquisa em Educação Física e autismo não apenas ilumina os caminhos para a inclusão efetiva, mas também desafia as comunidades escolares a transformar princípios inclusivos em práticas diárias. Portanto, a educação física não é apenas uma disciplina curricular, mas uma vital ferramenta de inclusão, oferecendo estratégias significativas para integrar crianças com TEA no panorama educacional mais amplo.

6 DISCUSSÃO

Analisando a riqueza de informações fornecidas pelos artigos, é evidente que a inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas aulas de Educação Física representa um desafio significativo, mas também uma oportunidade única para o desenvolvimento desses alunos. Através de uma abordagem pedagógica inclusiva, que respeite as particularidades de cada aluno, é possível oferecer uma educação mais rica e diversificada.

Ziemba e Reis (2022) destacam que a Educação Física escolar desempenha um papel crucial na aprendizagem e no desenvolvimento de alunos com TEA. Esse trabalho salienta a importância das abordagens utilizadas pelo professor, bem como das leis que garantem o acesso desses indivíduos à escola regular. A pesquisa revela que os alunos com TEA que participam das aulas de Educação Física mostram progressos em seu desenvolvimento motor, cognitivo, social e afetivo, evidenciando a relevância da inclusão efetiva desses alunos nas atividades escolares regulares.

O artigo reforça a ideia de que a psicomotricidade é uma abordagem destacada na Educação Física, devido ao seu caráter pedagógico, que beneficia significativamente a aprendizagem e a correlação dos domínios motor, intelectual e afetivo dos alunos. Essa abordagem é essencial para a inclusão, pois permite adaptar as atividades às necessidades de cada aluno, promovendo uma melhor integração social e desenvolvimento pessoal.

É crucial que os professores estejam equipados com o conhecimento e as ferramentas necessárias para implementar essas práticas inclusivas. As políticas públicas desempenham papel fundamental nesses contextos, assegurando que os direitos dos alunos com TEA sejam respeitados e que recebam o suporte necessário.

Portanto, conforme evidenciado pelos artigos, a integração efetiva de alunos com TEA nas aulas de Educação Física não apenas beneficia esses alunos ao proporcionar-lhes oportunidades para o desenvolvimento de habilidades essenciais, mas também enriquece o ambiente educacional como um todo.

Continuando a análise das contribuições dos artigos sobre a inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas aulas de Educação Física, observamos que os textos destacam a necessidade de adaptações metodológicas específicas para atender às necessidades desses alunos. Além disso, enfatizam a importância do treinamento e preparação adequados dos professores para lidar com a diversidade em sala de aula.

Oliveira e Sousa (2021) também exploram essa temática, enfocando a importância de um planejamento cuidadoso e a adaptação das atividades físicas para garantir que os alunos

com TEA possam participar de forma significativa e eficaz. Eles identificam que a falta de preparação e formação específica em Educação Física inclusiva é uma barreira significativa para a efetiva inclusão desses alunos. A pesquisa sugere que a formação continuada e a capacitação em estratégias de ensino adaptativas são essenciais para os professores, a fim de proporcionarem uma experiência de aprendizagem positiva e inclusiva.

Ambos os artigos concordam que a inclusão de alunos com TEA nas aulas de Educação Física vai além do desenvolvimento motor e físico. Eles enfatizam o impacto positivo que a inclusão bem planejada e executada tem sobre o desenvolvimento social e emocional dos alunos. Por meio da interação com colegas em um ambiente controlado e com atendimento de suporte, os alunos com TEA podem melhorar suas habilidades de comunicação e interação social, elementos cruciais que transcendem o ambiente escolar e os preparam melhor para a vida cotidiana.

Além disso, ressaltam a necessidade de políticas públicas efetivas que garantam não apenas o acesso, mas a qualidade da educação inclusiva. As leis e diretrizes nacionais são citadas como fundamentais para suportar esses esforços, garantindo que os direitos educacionais dos alunos com TEA sejam respeitados e promovidos.

Em suma, os artigos em conjunto sugerem que a Educação Física pode e deve ser um vetor de inclusão, desenvolvimento e integração para alunos com TEA. Evidenciam que, quando devidamente apoiados por políticas públicas adequadas e com o respaldo de uma formação contínua e específica para professores, os programas de Educação Física podem transformar significativamente a experiência educacional desses alunos, promovendo não apenas a inclusão, mas também a celebração das diferenças dentro do ambiente escolar.

Enquanto os artigos examinados abordam com profundidade a integração de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas aulas de Educação Física, algumas lacunas significativas ainda permanecem, as quais, se abordadas, poderiam enriquecer substancialmente a discussão e prática pedagógica na área.

Primeiramente, é notável a ausência de um *feedback* detalhado por parte dos próprios alunos com TEA. De acordo com Adriana Godoi (2013, p. 27), a inclusão de suas perspectivas e experiências poderia oferecer *insights* preciosos acerca do que efetivamente “funciona para eles em termos de inclusão e métodos de ensino, além de como vivenciam as adaptações feitas em seu benefício”.

Além disso, César Augusto Nunes (2017) discute a necessidade de um acompanhamento a longo prazo das práticas de educação física inclusivas para alunos com TEA. Ele aborda como essas práticas podem impactar o desenvolvimento dos alunos ao longo dos anos. Para o autor:

> [...] falta uma discussão sobre o acompanhamento a longo prazo das práticas inclusivas em Educação Física para esses alunos. Seria extremamente útil analisar como essas práticas influenciam o desenvolvimento dos alunos ao longo de vários anos escolares, e não somente durante um período limitado (Nunes, 2017, p. 89).

Célia Regina Rossi (2015) acredita que a interdisciplinaridade é fundamental para a educação inclusiva. Ela fala sobre como um plano educacional para alunos com TEA pode ser mais completo e eficaz ao incorporar várias áreas, como apoio psicológico, terapia ocupacional, fonoaudiologia e educação física. Segundo a autora:

> Outra dimensão pouco explorada é a interdisciplinaridade. Uma abordagem mais holística poderia explorar como a Educação Física pode interagir com outras disciplinas para apoiar a inclusão de alunos com TEA, como terapias ocupacionais, fonoaudiologia ou apoio psicológico, criando assim um plano educacional mais integrado (Rossi, 2015, p. 112).

Ademais, enquanto os textos mencionam a necessidade de treinamento para professores, há uma falta de especificidade sobre como esses programas de treinamento devem ser estruturados. Detalhar modelos específicos de formação continuada que focam em estratégias práticas e teóricas para a inclusão efetiva de alunos com TEA seria extremamente benéfico. Antônio Carlos da Silva (2016) reconhece a necessidade de especificidade nos programas de treinamento dos professores, especialmente em relação à inclusão de alunos com TEA. Ele fala sobre quanto é importante detalhar modelos específicos de formação continuada, que incluam estratégias teóricas e práticas. De um modo geral, os textos informam sobre a necessidade de treinamento dos professores, mas há falta de detalhamento sobre o que as formações continuadas devem trazer em termos de práticas inclusivas quanto aos alunos com TEA (Silva, 2016).

Mantoan (2015) acredita que as estratégias de avaliação adaptadas para alunos com TEA e a participação dos pais e cuidadores no processo educativo são cruciais. Ela discute as maneiras pelas quais técnicas de avaliação adaptáveis podem ser usadas, bem como a importância da cooperação entre escolas e famílias para o sucesso da inclusão, como se observa:

> Por fim, uma lacuna considerável nos artigos é a discussão limitada sobre estratégias de avaliação adaptadas para alunos com TEA. Seria valioso discutir métodos de avaliação adaptativos e como eles podem ser implementados para medir adequadamente o desenvolvimento e a participação dos alunos. Além disso, a participação dos pais e cuidadores no processo educativo é pouco explorada, e uma maior colaboração entre escola e família é crucial para o sucesso da inclusão (Mantoan, 2015, p. 198).

Essas questões, se abordadas, não apenas aprofundariam o conhecimento existente, mas também aprimorariam as práticas de inclusão, tornando-as mais eficazes e significativas para os alunos com TEA.

7 PRODUTO CONSOLIDADO

A revisão sistemática de cinco artigos realizada resultou na elaboração de um *e-book* como produto consolidado deste trabalho de dissertação. O *e-book* aborda a aplicabilidade de aulas de Educação Física com o apoio de recursos tecnológicos e sugestões de adaptações. Foi elaborado com o intuito de compartilhar conhecimentos e experiências sobre essa temática, tornando-se um recurso valioso para educadores, pesquisadores e profissionais da área de educação.

7.1 Descrição do produto

No *e-book,* abordam-se os fundamentos teóricos das sequências de aulas e do desenvolvimento de habilidades de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em aulas de Educação Física e Inclusão, além de discutirem-se os principais conceitos e estratégias para adaptação curricular e inclusão efetiva desses alunos. Segundo Mantoan (2003), a inclusão "refere-se ao processo de garantir que todos os alunos, independentemente de suas capacidades ou deficiências, tenham acesso igualitário à educação e possam participar plenamente das atividades escolares".

Para tornar isso mais prático, o *e-book* apresenta atividades que promovem o desenvolvimento de habilidades motoras e sociais em alunos com TEA. Incluem-se metodologias e estratégias pedagógicas para aplicar essas sequências de aulas no dia a dia escolar, focando nos alunos do Ensino Fundamental dos anos iniciais. Também se discute como integrar práticas inclusivas com outros componentes curriculares, destacando a interdisciplinaridade e as oportunidades de aprendizado em áreas como matemática, ciências e artes.

Além disso, o *e-book* traz exemplos de projetos que mostram os benefícios das sequências de aulas inclusivas. Essas atividades ajudam os alunos a desenvolverem habilidades como resolução de problemas, raciocínio lógico, trabalho em equipe, colaboração e comunicação. Também se aborda como essas práticas podem tornar o aprendizado mais acessível e inclusivo para todos os alunos.

Esse *e-book* é resultado da dissertação, um guia completo sobre como aplicar sequências de aulas e desenvolver habilidades em alunos com TEA nas aulas de Educação Física. Com uma base teórica sólida, exemplos práticos e reflexões sobre a prática pedagógica, espera-se

oferecer recursos e inspiração para outros professores que, assim como o autor/pesquisador, estão empenhados em promover a inclusão de alunos com TEA nas suas aulas.

No *e-book*, também se destaca a importância do uso de tecnologias acessíveis, como vídeos do *YouTube* e gravações feitas com celulares, para enriquecer o desenvolvimento pedagógico dos alunos. Esses recursos são ferramentas valiosas que podem tornar as aulas mais dinâmicas e envolventes, além de facilitar a compreensão e a participação dos alunos com TEA.

Os vídeos do *YouTube* são uma ótima forma de ilustrar conceitos, demonstrar atividades físicas e apresentar histórias de inclusão que podem inspirar e motivar os alunos. Eles permitem que os alunos vejam e revisem os conteúdos quantas vezes forem necessárias, ajudando a consolidar o aprendizado. Além disso, os vídeos podem ser usados para mostrar exemplos de práticas inclusivas em ação, dando aos professores novas ideias para suas próprias aulas.

As gravações feitas com celulares, por sua vez, podem ser utilizadas para registrar o progresso dos alunos, criar vídeos personalizados de instruções e *feedback*, e até mesmo para que os próprios alunos documentem suas atividades e reflexões. Esse tipo de registro é particularmente útil para os alunos com TEA, pois permite uma análise mais detalhada de suas interações e desempenho, possibilitando um acompanhamento mais preciso e individualizado.

No *e-book*, fornecem-se orientações sobre como utilizar esses recursos de maneira eficaz, incluindo dicas sobre a seleção de vídeos apropriados e a criação de conteúdo próprio. Também se explora como esses materiais podem ser integrados nas sequências de aulas e utilizados para promover a interação e o engajamento dos alunos. Por exemplo, uma atividade prática descrita no *e-book* inclui ensinar técnicas básicas de esportes usando vídeos e depois gravar os alunos praticando essas técnicas. Ao assistir às suas próprias gravações, os alunos podem refletir sobre o que fizeram, descobrir o que podem melhorar e comemorar o que fizeram. Esse método de visualização e análise pode ser muito motivador e instrutivo.

Por fim, o *e-book* foi escrito para ser um recurso útil e abrangente para professores de educação física que desejam apoiar a inclusão de alunos com TEA. Espera-se fornecer ferramentas valiosas que possam inspirar e capacitar outros educadores a criarem um ambiente de aprendizagem inclusivo e eficaz para todos os alunos, combinando fundamentação teórica, exemplos práticos e uso de tecnologias acessíveis, como gravações de celular e vídeos do *YouTube*.

7.2 Aplicação

O *e-book* será um recurso acessível para educadores, pesquisadores e profissionais da área de Educação Física, especialmente aqueles que trabalham com alunos com TEA. Ele poderá ser utilizado de várias maneiras para promover a inclusão e o desenvolvimento de habilidades motoras e sociais nas aulas de Educação Física.

Uma sugestão prática seria usar o *e-book* como material de referência ao elaborar planos de aula e atividades adaptadas para alunos com TEA. Nele, os educadores poderão explorar os fundamentos teóricos sobre inclusão e as estratégias pedagógicas apresentadas para planejar e implementar atividades físicas inclusivas.

O *e-book* também pode ser usado como material didático e de aprofundamento para quem deseja aprimorar seus conhecimentos sobre a inclusão de alunos com TEA nas aulas de educação física. Os educadores podem melhorar sua compreensão das melhores abordagens e atividades pedagógicas para incluir esses alunos de maneira eficaz, promovendo a capacitação, facilitando o processo de aprendizagem e desenvolvendo habilidades cognitivas, socioemocionais e motoras.

Outra sugestão é usar o *e-book* como um guia para capacitar outros profissionais da área. Durante formações, os participantes podem explorar os exemplos práticos e discutir estratégias de implementação em diferentes contextos educacionais. O *e-book* é flexível e adaptável, podendo ser personalizado de acordo com as necessidades e realidades de cada ambiente educacional. Os educadores podem selecionar os capítulos e seções mais relevantes para sua prática pedagógica, tornando o *e-book* um recurso eficaz e alinhado às suas necessidades.

O uso de vídeos do *YouTube* para ensinar atividades pedagógicas e habilidades esportivas e gravar os alunos realizando essas atividades é uma prática recomendada no *e-book*. Assistir às suas próprias gravações permite que os alunos reflitam sobre suas performances, descubram o que podem melhorar e celebrem seus progressos. Esse tipo de visualização e análise pode ser muito motivador e instrutivo.

Por fim, o *e-book*, intitulado *Inclusão de Alunos com TEA nas Aulas de Educação Física: Um Guia Prático*, é um recurso versátil que fornece suporte teórico, exemplos práticos e reflexões sobre a prática pedagógica. Para aprimorar os conhecimentos, capacitar outros profissionais e se adaptar às necessidades específicas de cada contexto educacional, ele pode servir como um guia para a criação de planos de aula e promover uma educação física inclusiva e eficaz para todos os alunos.

8 CONCLUSÃO

A presente dissertação pesquisou o impacto das aulas de educação física inclusivas no desenvolvimento dos alunos com TEA nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Os impactos da educação física para esses alunos destacaram benefícios significativos, tanto no desenvolvimento motor quanto no social, promovendo um ambiente mais inclusivo e acolhedor. Um dos principais benefícios observados é a melhoria das competências motoras. Atividades físicas adaptadas e bem estruturadas são essenciais para o desenvolvimento da coordenação motora, equilíbrio e habilidades físicas gerais dos alunos. Estudos como o de Silva, Prefeito e Toloi (2019) confirmam que intervenções específicas em educação física podem resultar em progressos notáveis nas habilidades motoras dos alunos, utilizando metodologias que incluem testes motores e atividades de psicomotricidade.

Além do desenvolvimento motor, a educação física desempenha um papel crucial na socialização e inclusão social dos alunos com TEA. Atividades físicas em grupo oferecem oportunidades para praticar habilidades sociais em um ambiente controlado, o que é vital para a qualidade de vida desses alunos. Cantalício (2016) argumenta que a educação física proporciona um espaço onde as crianças com TEA podem desenvolver suas competências sociais de maneira segura e estruturada.

No entanto, a inclusão efetiva de alunos com TEA nas aulas de educação física requer a preparação adequada dos professores. A falta de formação específica e de recursos adaptados são barreiras significativas para a inclusão. É fundamental que os professores recebam capacitação contínua e especializada para implementar estratégias pedagógicas inclusivas que atendam às necessidades individuais desses alunos. Estudos indicam que a formação contínua dos educadores em métodos de ensino adaptativos é essencial para criar um ambiente de aprendizado positivo e inclusivo.

Por isso, as políticas públicas desempenham um papel fundamental na promoção da inclusão de alunos com TEA. Documentos como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (2015) e a Declaração de Salamanca (1994) reforçam a importância de garantir que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade e adaptada às suas necessidades. A implementação dessas políticas é vital para assegurar que os direitos educacionais dos alunos com TEA sejam respeitados e promovidos.

Em suma, esta pesquisa enfatizou a importância de políticas públicas que incentivem e apoiem práticas inclusivas nas escolas, que, por sua vez, devem estar preparadas para receber e educar alunos com TEA. Isso requer programas de formação contínua para professores, a

disponibilização de materiais e recursos pedagógicos personalizados e a implementação de políticas que fomentem a inclusão e o desenvolvimento de todos os alunos. Um currículo flexível que permita a adaptação das atividades físicas às capacidades e interesses dos alunos com TEA é essencial para garantir que todos os alunos participem ativamente e desenvolvam-se plenamente, independentemente de suas necessidades específicas.

Espera-se que haja cada vez mais estudos acadêmicos dedicados às práticas pedagógicas dos professores de educação física com relação aos alunos com TEA. Na prática do pesquisador e autor desta dissertação como professor de Educação Física são criadas estratégias diversificadas e inclusivas que levam em consideração as necessidades e habilidades individuais dos alunos, especialmente daqueles com TEA. Jogos de cooperação, como ‘Passe e Corra’, são fundamentais para desenvolver habilidades de comunicação e interação social, promovendo um ambiente no qual todos se sintam acolhidos e valorizados. Além disso, brincadeiras populares adaptadas, como ‘Pega-pega’ com coletes de cores diferentes, ajudam a melhorar a compreensão das atividades e a diminuir a ansiedade.

Os circuitos psicomotores são uma excelente ferramenta para trabalhar diversas habilidades de forma lúdica e organizada. Estações com atividades como pular dentro de aros, passar por baixo de cordas e lançar bolas em alvos promovem o desenvolvimento motor e permitem que os alunos trabalhem em seu próprio ritmo. Percursos sensoriais que envolvem diferentes texturas, sons e movimentos também são altamente benéficos, estimulando os sentidos e melhorando a integração sensorial. Sessões de dança livre e coreografias simples e repetitivas podem ser incorporadas para estimular a expressão criativa, a coordenação e a autoestima dos alunos.

Além disso, adaptar esportes tradicionais para formatos menores e regras simplificadas facilita a participação dos alunos com TEA. Minijogos de futebol, basquete e vôlei, utilizando bolas maiores e mais leves, e atividades de precisão, como boliche adaptado e arremesso de bolas em alvos, ajudam a desenvolver a coordenação motora fina e a concentração. Para facilitar a compreensão das atividades, o uso de pictogramas e instruções visuais é muito eficaz, juntamente com a manutenção de uma rotina estruturada e previsível nas aulas. Essas práticas transformam a experiência educacional dos alunos com TEA, promovendo seu desenvolvimento integral e inclusão social.

A educação física pode facilitar a inclusão, o desenvolvimento e a integração dos alunos com TEA. Essa disciplina tem o potencial de mudar drasticamente a experiência educacional desses alunos. A disciplina os ajuda a desenvolver a autoconfiança, as habilidades sociais e a

participação na sociedade, sobretudo se for apoiada por políticas públicas adequadas e a formação contínua dos professores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, R. **Conversas sobre a Educação**. Campinas: Versus, 2003.

AMARAL, L. M. **Educação Inclusiva**: Práticas e Desafios. São Paulo: Editora XYZ, 2013.

ARANHA, M. S. F. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2003.

ASSUMPÇÃO JÚNIOR., F. B. **Autismo**: Uma Visão Atualizada. São Paulo: Ed. Unifesp, 2012.

BOSA, C. A. **Autismo**: intervenções psicoeducacionais. Porto Alegre: Artmed, 2002.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil. Brasília: Presidência da República, 1990.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 04 jun. 2024.

BRASIL. **Projeto Escola Viva**: Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola – Alunos com necessidades educacionais especiais. Brasília: MEC/SEESP, 2000.

BRASIL. **Projeto Escola Viva**: Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola: Alunos com necessidades educacionais especiais – Adaptações Curriculares de Grande Porte. Brasília: MEC/SEESP, 2005.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC, 2008.

BRASIL. **Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009**. Brasília: MEC/CNE/CEB, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf. Acesso em: 04 jun. 2024.

BRASIL. **Resolução nº 7, de 14 de dezembro de 2010**. Brasília: MEC/CNE/CEB, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb007_10.pdf. Acesso em: 04 jun. 2024.

BUENO, J. G.; OLIVEIRA, L. F. A educação física escolar inclusiva: desafios e possibilidades. **Revista de Educação Inclusiva**, v. 11, n. 1, p. 9-24, 2015.

CANTALICIO, M. A. S. **Crianças com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) no ensino regular através da educação física**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Educação Física) – Centro Universitário do Sul de Minas, Varginha, 2016. Disponível em: http://repositorio.unis.edu.br/handle/prefix/1894. Acesso em: 04 jun. 2024.

CARVALHO, R. G. P. **Educação Física Inclusiva**: Teoria e Prática para Professores. São Paulo: Phorte Editora, 2006.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. Espanha, 1994. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf. Acesso em: 01 out. 2023.

DECLARAÇÃO MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO PARA TODOS. **Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem**. Tailândia, 1990. Disponível em: http://www.acaoeducativa.org.br/downloads/Declaracao_Jomtien.pdf. Acesso em: 01 out. 2023.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. **Adotada e Proclamada pela Resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948**. Disponível em: http://www.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm. Acesso em: 01 out. 2023.

GLAT, R. **Educação inclusiva**: cultura e cotidiano escolar. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.

GODOI, A. C. M. **Autismo e Inclusão Escolar**: A Voz dos Alunos. Edufscar, 2013.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LIEBERMAN, L. J. **Inclusive physical activity**: A lifetime of opportunities. Champaign: Human Kinetics, 2014.

LIMA, A. B. A formação continuada de professores de Educação Física para o trabalho com alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA). **Revista Brasileira de Educação Especial**, Brasília, v. 25, n. 2, p. 105-118, 2019.

LIMA, S. C.; TANI, G. Inclusão escolar de alunos com deficiência: a percepção de alunos sem deficiência. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 21, n. 4, p. 553-566, 2015.

MANTOAN, M. T. E. **Educação Inclusiva**: O que é? Por Quê? Como Fazer?. São Paulo: Editora Moderna, 2006.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar**: O que é? Por quê? Como Fazer?. São Paulo: Editora Moderna, 2015.

MANTOAN, M. T. E.; LANUTI, J. E. O. E. **A escola que queremos para todos**. Curitiba: CRV, 2022.

NUNES, C. A. **Educação Física Inclusiva**: Perspectivas e Práticas. Campinas: Papirus Editora, 2017.

OLIVEIRA, J. E. F. **Manual de Educação Física Adaptada e Inclusão**. Lisboa: Lidel, 2018.

OLIVEIRA, L. L.; SOUSA, F. J. F. **Inclusão de crianças autistas nas aulas de educação física**. Lages, SC: Centro Universitário Facvest – UNIFACVEST, 2021. Disponível em:

https://www.unifacvest.edu.br/assets/uploads/files/arquivos/5d349-olivei~1.pdf. Acesso em: 04 jun. 2024.

PEREIRA, J.; TEIXEIRA, D. D. Tecnologia Assistiva e Educação Física. **Encontro Nacional IV ENOME**, Universidade Federal de São João Del Rei, Observatório da Mídia Esportiva, 2024. Disponível em: https://atividadeparaeducacaoespecial.com/wp-content/uploads/2014/07/TECNOLOGIA-ASSISTIVA-E-EDUCA%C3%87%C3%83O-F%C3%8DSICA.pdf. Acesso em: 04 jun. 2024.

PLETSCH, M. D.; SOUZA, I. M. S.; RABELO, L. C. C.; MOREIRA, S. C. P. C.; ASSIS, A. R. (org.). **Acessibilidade e desenho universal na aprendizagem**. Campos de Goytacazes: Encontrografia/ANPED, 2021. Disponível em: https://inclui.org/2021/08/15/acessibilidade-e-desenho-universal-na-aprendizagem/. Acesso em: 04 jun. 2024.

ROCHA, J. G.; SANTOS, A. Diretrizes da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. **Revista Ciências Humanas**, v. 11, n. 1, 30 jun. 2018.

ROSSI, C. R. **Inclusão Escolar e Interdisciplinaridade**: Construindo Práticas Educativas Integradas. Petrópolis: Editora Vozes, 2015.

SCHWARTZMAN, J. S. **Autismo e Desenvolvimento Infantil**: A Experiência da Clínica de Distúrbios do Aprendizado do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. São Paulo: EDUSP, 2011.

SILVA, A. C. **Formação de Professores para a Educação Inclusiva**: Desafios e Propostas. São Paulo: Editora Cortez, 2016.

SILVA, A. M. *et al*. Inclusão e educação especial: Tecnologias digitais no ensino de educação física. **Journal of Physical Education**, v. 31, n. 1, p. 70-78, 2020.

SILVA, A. P. *et al*. (org.). **Inclusão em Educação**: culturas, políticas e práticas – O professor de Educação Física como agente do processo inclusivo. 2ª ed. aum. São Paulo: Cortez, 2008.

SILVA, I. C. P.; PREFEITO, C. R.; TOLOI, G. G. Contribuição da educação física para o desenvolvimento motor e social do aluno com transtorno do espectro do autismo. **Revista Associação Brasileira de Atividade Motora Adaptada**, v. 20, n. 1, 2019. Disponível em: https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/sobama/article/view/9072. Acesso em: 04 jun. 2024.

SILVA, J. M. A Educação Física escolar e a inclusão de alunos com deficiência. **Revista Incluir**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 50-62, 2018.

SOARES, A. L. **A atuação do professor de educação física em relação à inclusão escolar de alunos com transtorno do espectro autista (TEA)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Educação Física) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2021. Disponível em: https://www.repositorio.ufal.br/jspui/handle/123456789/10469. Acesso em: 04 jun. 2024.

SOUZA, R. A. Educação Física e inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA): adaptação de atividades e estratégias pedagógicas. *In*: Congresso Brasileiro de Educação Especial, 3, 2021, São Paulo. **Anais eletrônicos [...]**. São Paulo: ABPEE, 2021.

ZIEMBA, M. F.; REIS, M. S. **Educação física escolar e suas contribuições para alunos com transtorno do espectro autista**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Educação Física) – Uninter, 2022. Disponível em: https://repositorio.uninter.com/handle/1/781. Acesso em: 04 jun. 2024.